



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**370 anos da Primeira Batalha dos Guararapes -100 anos da participação do Brasil na I GM
ANO 2018 Dezembro Nº 301**

OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA NO BRASIL E NA AMÉRICA ESPANHOLA

Ricardo Caetano de Moraes (Unisul)

1 INTRODUÇÃO

Colonizadas na mesma época, por potências europeias vizinhas e de cultura similar e ocupando imensos territórios, as Américas espanhola e portuguesa viveram processos bem diferentes no momento em que romperam os vínculos com suas respectivas metrópoles. Enquanto o Brasil se manteve unido e coeso, a América hispânica se fragmentou rapidamente e de forma violenta em diversas nações, muitas vezes com fortes rivalidades entre si.

Por que houve tamanha diferença? Embora não exista um consenso nas razões para esse desenvolvimento tão distinto, alguns fatores certamente tiveram influência significativa nos processos de independência nas duas regiões. A seguir, será apresentado um resumo da situação das colônias portuguesa e espanhola no início do

século XIX, seguido de uma breve análise destes fatores.

2 A ORGANIZAÇÃO COLONIAL

2.1 AMÉRICA ESPANHOLA

Em torno de 1800, os territórios espanhóis nas Américas estavam divididos em quatro Vice-Reinados (México, Peru, Nova Granada e Rio de Prata) e quatro Capitânias-Gerais (Guatemala, Venezuela, Cuba e Chile), todos com fronteiras vagamente definidas. Os vice-reis tinham amplos poderes jurídicos, militares e administrativos, enquanto os capitães-gerais tinham maiores restrições e nominalmente eram dependentes dos Vice-Reinos. Na prática, todos se reportavam unicamente à Coroa espanhola.

Os contatos entre as colônias eram pequenos, em parte devido às grandes distâncias

entre seus territórios, agravadas pelos diversos acidentes geográficos (florestas tropicais densas, regiões áridas, extensas cadeias de montanhas, localização das colônias em litorais de dois oceanos diferentes). Inicialmente, o comércio entre as colônias era proibido, tendo sido autorizado apenas em 1778, após as reformas dos reinados de Carlos III e Carlos IV. Enquanto isso, o comércio internacional era feito apenas através da Espanha, principalmente pelo porto de Cádiz. Os principais produtos exportados eram ouro e prata, enviados em enormes quantidades para a Europa¹.

A população da América hispânica era cerca de 18 milhões de pessoas, formada na sua maioria por indígenas e mestiços, com pequena quantidade de negros e aproximadamente 20% de brancos, divididos em peninsulares (nascidos na Espanha) e crioulos (nascidos na América). Além de já serem uma minoria, os crioulos também tinham muito menos acesso a privilégios, riquezas, cargos administrativos e decisões políticas do que os peninsulares². A educação era desencorajada e frequentemente proibida³. A troca de ideias era feita de forma clandestina, através do contrabando de literatura francesa e norte-americana, e as discussões políticas eram realizadas por meio de fraternidades semi-secretas, como a maçonaria.

2.2 BRASIL

A colonização passou por diversos estágios, da divisão do território em capitanias hereditárias até a criação do Governo-Geral, com intervalos onde fora experimentada e descartada a segregação da América portuguesa em dois estados distintos⁴. Em 1763, a capital da colônia havia sido transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, em virtude do crescimento das exportações de ouro e diamantes das Minas Gerais.

As províncias brasileiras eram distantes entre si, mas tinham comunicações relativamente constantes por via marítima ou fluvial, e, em menor grau, por via terrestre, especialmente do Rio de Janeiro para Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia. O comércio entre as províncias era limitado, mas permitido na prática. As exportações eram feitas exclusivamente com Portugal até 1808, quando os portos foram abertos a outras nações (especialmente a Inglaterra). Exportava-se principalmente açúcar, algodão, diamantes e ouro.

No final do período colonial, a população brasileira era estimada em 3,5 milhões de pessoas, sendo composta por 40% de escravos negros, 6% de indígenas e o restante dividido igualmente entre “pardos” (não-brancos nascidos

1 VARGAS, Fábio A., **Formação das fronteiras latino-americanas**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, p. 144–146.

2 MÄDER, Maria E. N. S., Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica, **Revista de História**, n. 159, p. 225–241, 2008, p. 226–227.

3 ARANA, Marie, **Bolívar: American Liberator**, New York: Simon & Schuster, 2014, p. 106.

4 VAINFAS, Ronaldo (Org.), **Dicionário do Brasil colonial, 1500-1808**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 265–267.

livres, quer mestiços, quer negros) e “brancos”⁵. Da mesma forma que nas colônias espanholas, a educação era extremamente limitada⁶, e a maçonaria era uma importante organização para a troca de ideias políticas⁷.

3 A INDEPENDÊNCIA NAS AMÉRICAS

3.1 A CRISE NA PENÍNSULA IBÉRICA

Em outubro de 1807, desavenças na família real espanhola e ambição do ministro Godoy levaram à assinatura do Tratado de Fontainebleau, autorizando a entrada na Espanha de tropas francesas para a conquista e divisão de Portugal. Os franceses cruzaram os Pirineus com cem mil homens e tomaram as principais cidades portuguesas com relativa facilidade, levando à retirada às pressas da família real portuguesa e cerca de 15 mil pessoas para o Brasil, escoltados por uma frota britânica⁸. Poucos meses depois, os franceses ocuparam discretamente as principais fortalezas na Espanha. A população ficou ultrajada e se revoltou, causando a fuga de Godoy e a abdicação do rei Carlos IV em favor do seu filho, agora Fernando VII. Napoleão conseguiu convencer a família real espanhola a comparecer a uma reunião em Bayonne, onde forçou a renúncia de Fernando VII em favor do seu irmão José Bonaparte. Essa decisão foi prontamente rejeitada pela população espanhola, que se

rebelou contra os franceses, dando início à feroz Guerra Peninsular⁹.

3.2 A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA ESPANHOLA

As colônias espanholas também recusaram-se a reconhecer José Bonaparte como rei e declararam sua fidelidade à Junta Central de Sevilha, que representava Fernando VII. Em 1810, após a dissolução da Junta Central e sua substituição por um Conselho de Regência, vários Vice-Reinos americanos criaram Juntas locais. Enquanto isso, representantes das províncias espanholas e americanas se reuniram nas Cortes em Cádiz e promulgaram em 1812 uma constituição liberal com importantes reformas, como a abolição da escravatura da Inquisição e dos trabalhos forçados, a extensão do direito de voto a todos os homens não-negros e restrições ao poder real¹⁰. A divisão entre os que reconheciam as Cortes e os que favoreciam apenas as Juntas locais gerou diversas guerras civis na América hispânica. A restauração de Fernando VII em 1814 somente agravou a situação, pois um dos seus primeiros atos foi revogar a Constituição de 1812, restaurar todos os seus antigos privilégios e exigir o retorno das colônias ao status anterior. Logo se seguiu uma onda de rebeliões e proclamações de independência da Espanha, além do agravamento das guerras civis em andamento.

5 VAINFAS, Ronaldo (Org.), **Dicionário do Brasil imperial, 1822-1889**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 616–617.

6 VAINFAS (Org.), **Dicionário do Brasil colonial**, p. 55–58.

7 VAINFAS (Org.), **Dicionário do Brasil imperial**, p. 506–507.

8 WILCKEN, Patrick, **Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2005, p. 21–48.

9 ARANA, **Bolívar**, p. 77–79.

10 MÄDER, **Revoluções de independência na América Hispânica**, p. 237–238.

As disputas por fronteiras e pela manutenção de privilégios específicos levaram à fragmentação cada vez maior dos antigos Vice-Reinos e Capitanias-Gerais. Mesmo os intensos esforços unificadores de San Martin e Bolívar fracassaram diante dos interesses locais das nações recém-libertadas¹¹.

3.3 A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Enquanto Portugal se transformava num campo de batalha entre franceses, e britânicos, a família real portuguesa chegava ao Brasil. O primeiro ato do príncipe regente João foi extinguir o monopólio de comércio exterior do Brasil com Portugal, beneficiando na prática seus protetores britânicos. Após se instalar no Rio de Janeiro, o príncipe regente tomou diversas medidas para recriar o governo português na América, estabelecendo inúmeras instituições administrativas, bancárias, militares e científicas. Ele também atuou de forma vigorosa na política externa, tomando a Guiana dos franceses e conquistando a Cisplatina aos “rebeldes” espanhóis, enquanto lidava com uma conspiração de sua esposa, Carlota Joaquina, para tornar-se a rainha do Prata, a cujo trono se candidatava na qualidade de irmã do deposto rei espanhol Fernando VII¹².

Em 1815, diante da derrota definitiva de Napoleão e rejeitando as pressões de Lisboa

para seu retorno, o príncipe regente elevou o Brasil ao status de Reino Unido com Portugal e Algarves¹³. No ano seguinte, com a morte da rainha D. Maria I, o príncipe regente foi coroado D. João VI no Rio de Janeiro, que efetivamente se transformara na capital do Império Português.

Arrasado pela guerra e humilhado pela sua transformação num autêntico protetorado britânico, Portugal reagiu. Em 1820, ocorreu uma revolução liberal no Porto¹⁴, que criou uma constituição transferindo boa parte dos poderes reais para as Cortes portuguesas. A revolução se alastrou por todo o país e alcançou o Brasil no ano seguinte, forçando o retorno de D. João VI a Portugal. Antes de partir, ele deixou seu filho mais velho, o príncipe Pedro, como regente no Brasil.

No entanto, as medidas tomadas pelas Cortes tomaram rapidamente um caráter de recolonização, tentando restaurar os privilégios perdidos nos treze anos em que o Rio de Janeiro havia sido a sede do governo. Com apoio cada vez maior dos brasileiros, o príncipe Pedro começou a resistir às instruções das Cortes para retornar à Europa, aceitando primeiramente o título de Defensor Perpétuo do Brasil no início de 1822 e, em 7 de setembro de 1822, finalmente proclamando a independência do Brasil. Em dezembro, ele foi coroado como Imperador D. Pedro I¹⁵. A independência do Brasil ainda levaria

11 ARANA, **Bolívar**, p. 346–410.

12 VAINFAS (Org.), **Dicionário do Brasil colonial**, p. 102–103.

13 VAINFAS (Org.), **Dicionário do Brasil imperial**, p. 628–629.

14 *Ibid.*, p. 652–654.

15 MAXWELL, Kenneth, Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência, in: MOTA, Carlos G. (Org.), **Viagem incompleta: a experiência brasileira**, São Paulo: SESC São Paulo, 2000, p. 14.

mais um ano para ser consolidada, após lutas armadas contra tropas portuguesas na Bahia, no Pará, no Piauí, no Maranhão e na Cisplatina¹⁶.

4 CONCLUSÃO

Os dois processos de independência tiveram alguns pontos em comum. Por exemplo, ambos foram desencadeados pelo enfrentamento com Napoleão Bonaparte, e ambos tinham sérias preocupações em impedir a repetição dos sangrentos conflitos raciais ocorridos durante a independência do Haiti em 1804, quando os ex-escravos massacraram toda a população branca¹⁷.

Por que o Brasil permaneceu unido apesar de suas diferenças regionais? Embora seja temerário fazer afirmativas categóricas em processos históricos, parece evidente que a presença prolongada de D. João VI e sua corte foi um dos mais importantes fatores para garantir a integridade territorial do Brasil após sua independência¹⁸. A criação das instituições reais no Rio de Janeiro, a coroação real e a elevação do Brasil a Reino Unido ajudaram a criar uma identidade nacional que era praticamente inexistente antes de 1808¹⁹. Além disso, a simples presença real colaborou para manter a união das províncias, que pouco tinham em comum. Nada disso aconteceu nas antigas colônias hispânicas. Além de já serem fragmentadas pela geografia e

pela divisão administrativa imposta pela metrópole, elas perderam sua frouxa ligação quando ocorreu a dupla deposição real por Napoleão, transferindo sua obediência para Juntas locais ou para a Junta de Cádiz, conforme a realidade de cada região. Assim, quando o restaurado Fernando VII tentou impor novamente sua autoridade absoluta nas colônias, a ruptura política se tornou inevitável, aprofundando as divisões que já haviam sido estabelecidas.

No caso do Brasil, o retorno de D. João VI para Portugal e a tentativa das Cortes em revogar os privilégios da colônia também desencadearam o processo de emancipação, amenizado pelo fato do príncipe regente ter assumido o comando da nova nação, mantendo seu direito hereditário ao trono português. Esta decisão foi bem acatada pela pequena elite intelectual brasileira que defendia a monarquia, horrorizada com as intermináveis guerras civis nas nações vizinhas recém-libertas da Espanha, cuja causa era atribuída ao regime republicano²⁰. Em resumo, a independência do Brasil acabou tendo um certo aspecto de continuidade do regime anterior.

Poderia ter sido diferente? Sem dúvida. Caso a família real espanhola tivesse se

16 DONATO, Hernani, **Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da reforma agrária (1996)**, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ibrasa, 2001, p. 105–107.

17 VARGAS, **Formação das fronteiras latino-americanas**, p. 148–149.

18 *Ibid.*, p. 137–139.

19 VAINFAS (Org.), **Dicionário do Brasil imperial**, p. 225–228.

20 GOMES, Laurentino, **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 68–69.

refugiado no México²¹, provavelmente a América hispânica teria se fragmentado bem menos durante sua independência. No entanto, considerando que existia uma forte rivalidade entre México e Lima, é quase certo que teriam surgido pelo menos duas nações diferentes.

Quanto ao Brasil, é possível que alguma divisão acontecesse durante a ruptura com Portugal se D. João VI não tivesse transferido a

regência para seu próprio filho antes de retornar para Lisboa. Como a Revolução de 1817²² demonstrou, Pernambuco e as províncias do Nordeste poderiam ter criado uma nação à parte.

Hipóteses interessantes, que poderiam ter alterado a História mundial. No entanto, as ações dos homens e os caprichos imponderáveis da sorte definiram outro rumo.

5 IMAGENS



FERNANDO VII DA ESPANHA



SAN MARTIN E O'HIGGINS CRUZAM OS ANDES PARA LIBERTAR O CHILE, 1817

21 GATES, David, **The Spanish Ulcer: a history of the Peninsular War**, Cambridge, MA: Da Capo Press, 2001, p. 11.

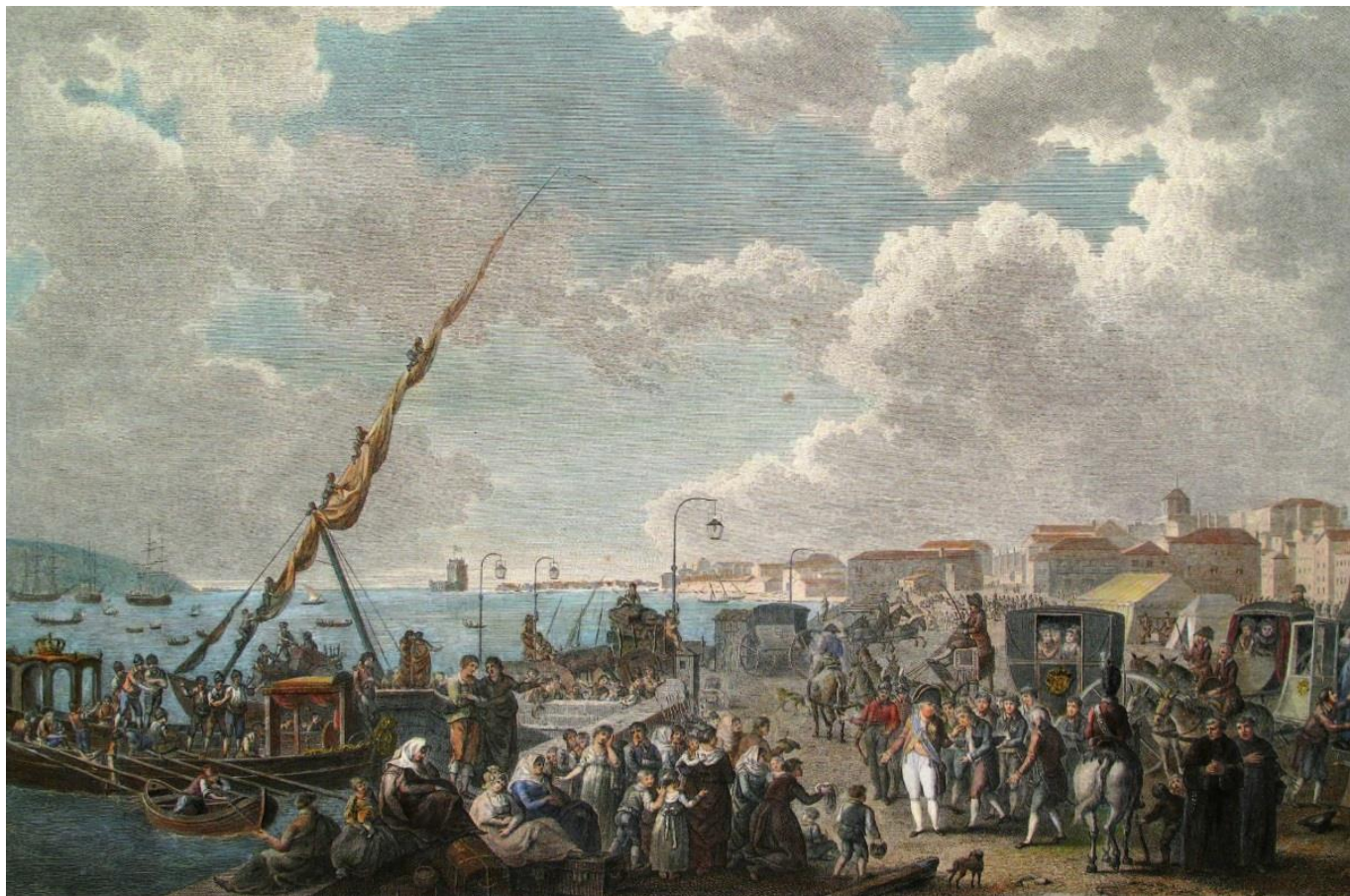
22 DONATO, **Dicionário das batalhas brasileiras**, p. 101–102.



BOLÍVAR COMANDA O VENEZUELANOS NA BATALHA DE CARABOBO EM 1821 CONTRA OS ESPANHÓIS



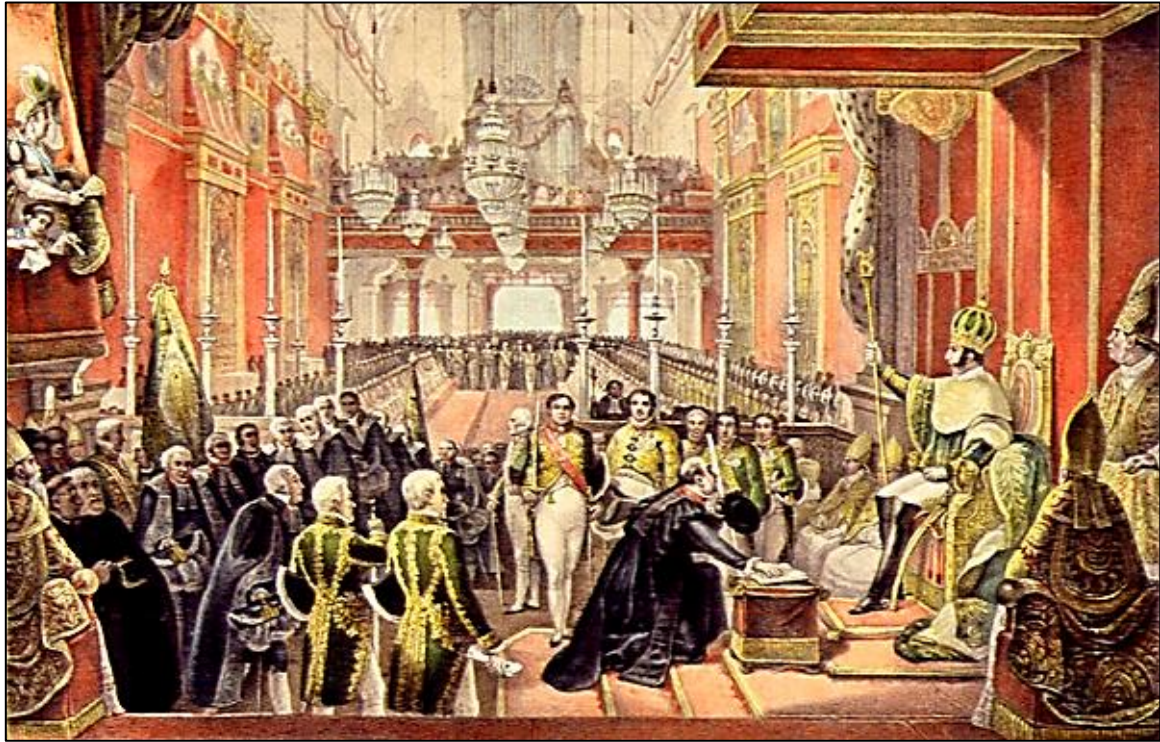
AMÉRICA LATINA EM 1800 E EM 1830



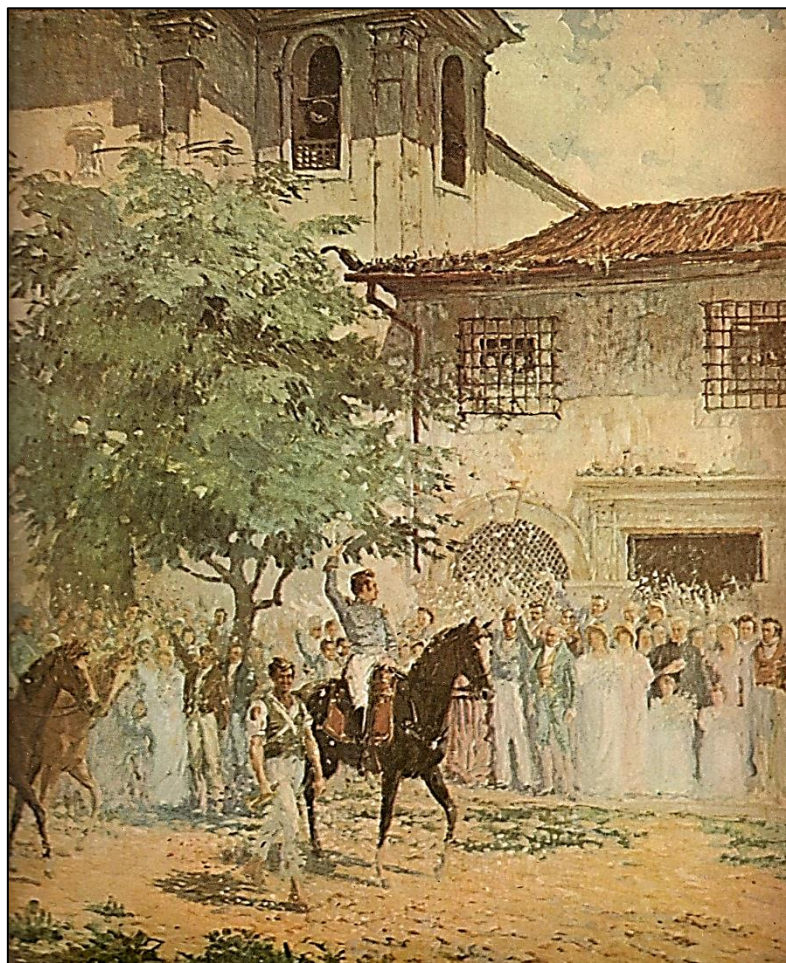
PARTIDA DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL EM 1807



RECEPÇÃO A DOM PEDRO EM SÃO PAULO IMEDIATAMENTE APÓS A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA



COROAÇÃO DE DOM PEDRO I NO RIO DE JANEIRO



GUERRA DA INDEPENDÊNCIA - O EXÉRCITO BRASILEIRO ENTRANDO EM SALVADOR, 1823

6 BIBLIOGRAFIA

- ARANA, Marie. **Bolívar: American Liberator**. New York: Simon & Schuster, 2014.
- DONATO, Hernani. **Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos com indígenas aos choques da reforma agrária (1996)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ibrasa, 2001.
- GATES, David. **The Spanish Ulcer: a history of the Peninsular War**. Cambridge, MA: Da Capo Press, 2001.
- GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- MÄDER, Maria E. N. S. Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. **Revista de História**, n. 159, p. 225–241, 2008.
- MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da Independência. In: MOTA, Carlos G. (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: SESC São Paulo, 2000, p. 186–200.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial, 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil imperial, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VARGAS, Fábio A. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.
- WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.



Acesse o capítulo 3 do livro do Coronel Claudio Frederico Vogt “Coração de Soldado” pelo site www.escritorcfvogt.blogspot.com.br



LANÇAMENTO DO LIVRO “ESTRELA DE DAVID NO CRUZEIRO DO SUL” EM SANTA MARIA

Em 14 Dez passado o escritor Israel Blajberg, Presidente da AHIMTB/RJ, lançou o livro e dvd de sua autoria cujo título está em epígrafe em Santa Maria. A seguir, o texto que registra o evento e imagens.

Phillipson: Nos Pampas Gaúchos, A Fé Indestrutível

Lançado na Sinagoga de Santa Maria – RS
o filme e livro ESTRELA DE DAVID NO CRUZEIRO DO SUL

Israel Blajberg ()*

O antissemitismo grassava na Rússia Czarista do século XIX. Entre os que tentaram amenizar o sofrimento de seus irmãos, destacou-se o Barão Maurice de Hirsch e sua esposa Baronesa Clara. O barão fundou a Jewish Colonization Agency, que comprava terras no interior do Brasil e Argentina, pagando as passagens dos judeus que quisessem sair da

Europa sofrida e se transformarem em agricultores.

Milhares foram trazidos, e sua descendência hoje se multiplicou. Relevantes contribuições deram ao Brasil, e até hoje em Erechim, Santa Maria e Quatro Irmãos vivem judeus descendentes daqueles trazidos há mais de 1 século pelo Barão.

Era uma sexta-feira 14 de dezembro de 2018. Faltavam poucas horas para o início do Shabbat, o sábado judaico. Pronta para a entrada de “Shabbat haMalká”, resplandecia a belíssima Sinagoga Itzhak Rabin, da Sociedade Beneficente Israelita de Santa Maria. Tao bem conservada, a pintura nova, instalações perfeitas, não aparenta seus 95 anos, onde por certo período chegou a estar fechada e ocupada.

Pouco antes do Cabalat Shabat (Comemoração), realizou-se a apresentação do documentário "Estrela de David no Cruzeiro do Sul", sobre os judeus que se destacaram nas Forças Armadas, pelo cineasta Daniel Mata Roque, seguindo-se breve fala sobre os militares judeus com vinculação à região central do Estado, notadamente oriundos da Colônia Philippson, de Soldado a Marechal, como Carlos Scliar, Tarso Genro, General Kruschin, Marechal Levy Cardoso, General Isaac Nahon, sendo que vários participaram das forças nacionais que combateram o nazi-fascismo durante a 2ª Guerra Mundial.

Na oportunidade, a Sinagoga recebeu militares - com especial menção ao Cel Eickhoff, representando o Comandante da 3ª Divisão de Exército e Guarnição Federal de Santa Maria, General Sinott, Ten-Cel André Dias, Comandante do 29º. Batalhão de Infantaria Blindada, e sua esposa Major Dentista Dra. Sayonara, do Colégio Militar de Santa Maria, Tenente Caetano, representando o Cel Dutra, Comandante Regional do Policiamento do Interior, da Brigada Militar, civis membros da comunidade santa-mariense, membros da coletividade judaica, e o atual e antigo presidente da SBISM, Dr Bruno Seligman de Menezes e Jairo Amiel, este atual tesoureiro e que exerceu o mandato por 23 anos.

Posteriormente, ao pôr-do-Sol, seguiu-se o Cabalat Shabat festivo, com os convidados acompanhando os belos cânticos tradicionais recebendo o 7º dia da Criação, quando o Eterno descansou após o trabalho dos céus e da terra completados, segundo o Gênesis.

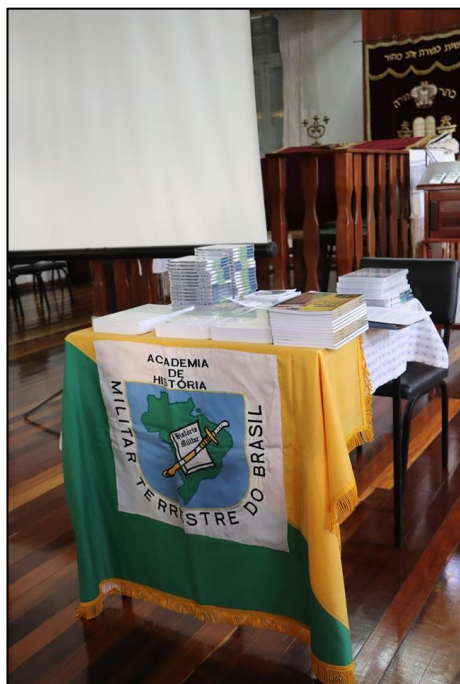
Do pequeno monumento erguido pela comunidade judaica, desafiando a pátina do tempo, destacamos algumas palavras

*“ aos imigrantes... que nos legaram uma fé indestrutível ...
e uma terra de paz e liberdade...”*

Fonte e Imagens: SBISM

(*) iblaiberg@poli.ufri.br

14 dez 2018
Santa Maria - RS



—●——●—

**Poesia declamada pelo Acadêmico ST Inf Evilácio Barbosa Saldanha em homenagem ao
Cmt do EB Gen Ex Eduardo Dias da Costa Villas Boas por ocasião da sua visita ao CMS no
dia 14 Nov 2018**

BOA SORTE, SENHOR GENERAL!



- 1 - Depois de cinquenta anos,
um General pé de poeira,
vai encerrando a carreira
sem mágoas nem desenganos.
Profissional espartano
porém, em tempos de paz.
Um Comandante capaz,
líder de seus comandados,
altamente preparado
para nunca voltar atrás!
- 2 - Um gaúcho – gente fina,
soldado por vocação.
Cruz-altense – nosso irmão,
um mestre na disciplina,
cuja virtude se inclina
a conviver com presteza.
Tem argumento e nobreza
pra defender nossas cores,
mas se rufarem tambores
comandará com firmeza!
- 3 - Este é nosso Comandante,
com seu alto gabarito,
estrategista perito
levando o Brasil adiante.
Sua história fascinante,
seus comandos exercidos,
foram feitos merecidos
bravamente conquistados,
para que nós, seus comandados,
jamais sejamos vencidos!
- 4 - Suas condecorações,
tremulando sobre o peito,
dizem que o Brasil tem jeito,
tem história e tradições.
Que o brilho de seus galões,
no Brasil e no estrangeiro,
tem o calor do entrevero
na querência primitiva.
E que a chama verde-oliva
jamais apaga o candeeiro!
- 5 - Ao general Villas Bôas,
à sua benemerência,
nossa maior continência
ao comandante em pessoa.
Que Deus que nos abençoa
dê amparo à sua farda.
E que o chefe de vanguarda
siga em frente em sua vida,
ao lado de Dona Cida,
seu maior Anjo da Guarda!

Evilácio Barbosa Saldanha, ST Inf Reformado - Colaborador Emérito do Exército



E A ARGENTINA REAGIU AO LANÇAMENTO DO NOSSO SUBMARINO RIACHUELO... O ORGULHO FERIDO NUNCA É BOM CONSELHEIRO

A seguir, comentário de um correspondente sobre o histórico das relações Brasil-Argentina no plano bélico, principalmente sobre o lançamento ao mar do Submarino Riachuelo da Marinha Brasileira.

O orgulho ferido nunca é bom conselheiro.

Até a II GM, a Marinha argentina era nitidamente superior à brasileira, com belonaves mais modernas e em maior número. Há um site ou blog dessa origem mostrando suas relações estreitas com a Marinha Alemã, a Kriegsmarine.

Quando o Brasil se sentiu ameaçado pelos submarinos do Eixo no início da década de 1940, pretendeu arrendar dos EUA alguns contratorpedeiros já “encostados”, mas superiores aos nossos, que tinham vindo com a Esquadra de 1910. A Argentina protestou e inviabilizou a transação, alegando a necessidade de manter o “equilíbrio” no Cone Sul, há muito favorável a eles.

Durante a campanha desses submarinos contra a nossa navegação mercante, navios argentinos intrometiam-se nos nossos comboios, sempre com as luzes acesas, quebrando as ordens estritas de blackout. A coisa chegou a tal ponto, que o CMG Carlos Pena Boto, Comandante de um dos comboios, mandou atirar contra os argentinos para pôr cobro à desobediência.

O jornalista argentino Raúl Damonte Taborda, inimigo de Perón, em seu livro “O Caso Perón” (editora Globo, Porto Alegre), conta que a FAB fotografou petroleiros argentinos abastecendo submarinos alemães na costa sul do Brasil.

A ação pró-nazista da Argentina, com ameaças e criando embaraços ao Brasil, só cessou quando os EUA, então nossos aliados, a ameaçaram de ação naval. Foi um santo remédio!

Hoje, a outrora orgulhosa Marinha argentina amarga a deterioração de seus navios nos portos, a traumática perda do cruzador “Belgrano” na Guerra das Malvinas e o recente desastre do submarino “San Juan”, além da constrangedora detenção de seu navio-escola “Libertad” em porto africano, para garantir o pagamento de dívida internacional. Restaram apenas dois submarinos antigos em condições de uso.

Assim, não é de estranhar o fel na boca dos marujos platinos com o lançamento do “Riachuelo”, com mais três em construção, e precedido da incorporação do navio-doca “Bahia” e do porta-helicóptero “Atlântico”, tudo o que desejariam, mas não dispõem de recursos para tanto.

Some-se a isso o reequipamento do EB e a próxima vinda dos caças Gripen.

Não sabe até onde eles suportarão a posição subalterna de suas FFAA. Espera-se que não façam bobagens, até porque o outro “inimigo” histórico, o Chile, há muito investe na atualização de suas FFAA.

Como disse no início do texto, “o orgulho ferido nunca é bom conselheiro”...



Editor

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS

lecaminha@gmail.com

Sites:

www.ahimtb.org.br e

www.acadhistoria.com.br

Site do Núcleo de Estudos Estratégicos/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:

<http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/>